



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº
668/2019

Senhora Presidente,

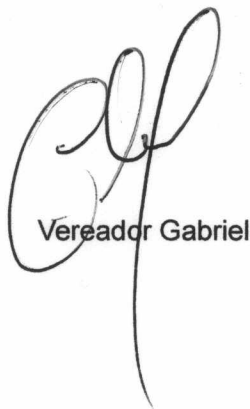
Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, em atenção ao OF EXTER 050, ao Gabinete do Prefeito Alexandre Kalil, pedido de informação sobre a gestão, manutenção e instalação de cestas de lixo no município.

Considerando a resposta ao Requerimento de Comissão 950/2018, do qual se cobrou do poder Executivo a previsão para abertura de processo licitatório para aquisição de novas cestas e quais serão os custos de uma provável licitação para compra do mobiliário Urbano, obtivemos resposta da SLU-Superintendência de Limpeza Urbana através do Diretor Técnico-Legislativo em exercício, que o contrato de fornecimento, instalação, retirada, recuperação e limpeza de cestos coletores de resíduos leves encerrou-se na data de 19 de dezembro de 2016. Após esta data não foi celebrado por esta SLU nenhum contrato, cujo objeto, fosse o acima referido e que a previsão de abertura de novo processo licitatório é para o primeiro semestre de 2019.

Posto isso, questiono os andamentos do referido procedimento licitatório, uma vez que já estamos no fim da primeira quinzena de maio, e não há qualquer atualização sobre as ações para solução do citado problema.

O presente pedido tem o condão de dar uma resposta efetiva para a população bem como cumprir o papel fiscalizador do Poder Legislativo

Belo Horizonte, 27 de maio de 2019.



Vereador Gabriel

Ao Senhor

Vereador Léo Burgues de Castro

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 05/06/19

Adm - 623

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

690/2019

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do Art. 48 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública, no dia 25 de junho de 2019, às 18:00 horas, no Hall da Presidência, para discutir o impacto das recomendações apresentadas na Deliberação CCEE nº 002/2019 do Conselho de Coordenações de Empresas Estatais do Município – CCEE para os Gestores das Empresas Estatais nas carreiras e salários dos empregados Públicos da BHTRANS, PRODABEL e URBEL.

Sugiro, sejam convidados:

Sr. Fuad Noman – Secretário Municipal de Fazenda e Coordenador do CCEE

Sr. André Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Sra. Adriana Branco Cerqueira – Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

Sr. Tomaz de Aquino – Procurador Geral do Município

Sr. Leandro Moreira Garcia
Diretor-Presidente da PRODABEL

Sr. Celio Bouzada
Presidente da BHTRANS

Sr. Claudius Vinícius Leite Pereira
Diretor-Presidente da URBEL

Sra. Rosane Cordeiro
Diretora do Sindados - Sind. dos Trab. de Informática
Prodabel - Rua David Campista, 150, Floresta – BH

Sr. Gildásio Westin Cosenza
Diretor de Assuntos Profissionais do Sindados - Sind. dos Trab. de Informática
Prodabel - Rua David Campista, 150, Floresta – BH



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sr. Antonio Arcanjo

SINTAPPIMG - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações e Congêneres de Minas Versus. Endereço Rua dos Timbiras, 2595, Santo Agostinho, BH

Sr. Matheus Guerra

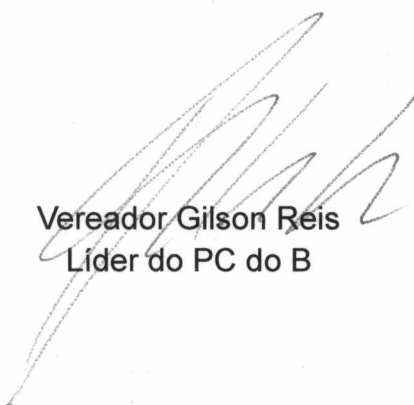
Sindicato dos Arquitetos de Minas Gerais - SINARQ MG
RUA MESTRE LUCAS, 70, CRUZEIRO - BH

Sr. Raul Otávio da Silva Pereira

Presidente do SENGE-MG - Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais. Rua Araguari, 658, Barro Preto

Sr. Ricardo dos Santos Soares

Diretor de Negociações Coletivas do SENGE-MG - Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais. Rua Araguari, 658, Barro Preto


Vereador Gilson Reis
Líder do PC do B

Exmo. Sr.

Vereador Léo Burguês de Castro

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 10/06/19
B-640
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº _____

716/2019

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do Art. 48 do Regimento Interno, seja realizada Audiência Pública, no dia 25 de junho de 2019, às 13:30 horas, no Plenário Helvécio Arantes, para discutir a situação dos Agentes de Combate a Endemias – ACE II alocados em quadro transitório pela Lei nº 11.136/2018 no que tange à regulamentação do referido Diploma Legal que Prevê a Realocação destes servidores na função gratificada de Supervisor das Atividades Operacionais de Campo.

Sugiro, sejam convidados:

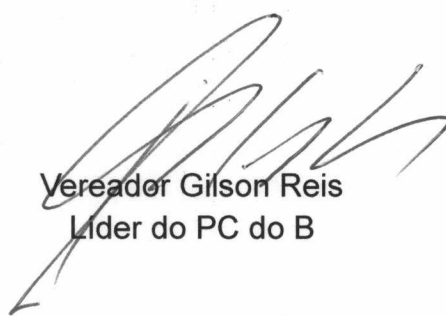
Sr. Jackson Machado Pinto - Secretário Municipal de Saúde

Sr. André Reis - Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Sra. Fernanda Neves - Subsecretária de Gestão de Pessoas

Sr. Israel Arimar de Moura – Presidente do SINDIBEL

Sr. Ewerton de Matos – ACE II – tom07.tocm@gmail.com


Vereador Gilson Reis
Líder do PC do B

Exmo. Sr.

Vereador Léo Burguês de Castro

Presidente da Comissão de Administração Pública

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em 14/06/2019
B 659
Responsável pela distribuição

CHBH_DIRLEG-12/jun/19-15:30:39-005437-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

PARECER EM PRIMEIRO TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 678 / 2018

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Vem a Comissão de Administração Pública para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 6788/2018 de autoria do nobre Vereador Hélio da Farmácia que "Altera a Lei Ordinária nº 10.106, de 21 de Fevereiro de 2011 e dá outras providências".

Registra-se que encaminhada à Comissão de Legislação e Justiça, esta emitiu parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade ao Projeto de Lei.

Posteriormente foi encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário esta emitiu parecer pela rejeição.

Encaminhado o Projeto em questão à Comissão de Administração Pública fui designado Relator para analisá-lo e, nessa condição passo a examinar a matéria para fundamentar e proferir meu parecer e voto nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição, ora em análise, pretende alterar a Lei 10.106/2011 com a finalidade de estender o benefício de "Auxílio de Transporte Escolar" aos alunos do ensino fundamental matriculados em instituições de ensino situadas na Região Metropolitana, bem como aumentar o percentual da subvenção do valor da tarifa de cinquenta para cem por cento. Para fazer frente a essas novas despesas, o projeto propõe alteração no art. 5º da Lei 10.106/2011 com acréscimo de recursos do Fundo Municipal do Auxílio do Transporte Escolar proveniente das receitas advindas com a exploração dos espaços publicitários existentes na frota de veículos de transporte público coletivo da capital (mídia ônibus).

Na justificativa o nobre Vereador, autor do PL 678/2018, objetiva "adequar o benefício relativo ao transporte escolar estudantil à realidade dos estudantes dessa capital, bem como alinhar a legislação existente à ação civil pública nº 1124853-38.2012.8.13.0024, proposta pelo Ministério Público Estadual contra o Município de Belo Horizonte".

Ver. Carlos Henrique
Secretário Geral
Câmara Municipal de Belo Horizonte

CMH_DIREG-07/jun/19-10.42.57-005343-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

E mais, "nesse sentido, dentro da área delimitada pelo Projeto de Lei serão realizadas uma série de ações para preservar o entorno das escolas públicas, objetivando a proteção da integridade física e do bem-estar dos alunos, pais e professores".

A proposição pretende estender o benefício aos alunos do ensino fundamental e aumentar o percentual da subvenção de cinquenta para cem por cento do valor da tarifa, o que poderá acarretar impactos no valor das tarifas pagas pelos demais usuários que não são assistidos pelo benefício.

Cabe ressaltar que as receitas de mídias ônibus já possuem destinação específica, conforme previsto na subcláusula 12.2 inciso "IV", sendo consideradas receitas alternativas que integram as concessões para fins da modicidade tarifária prevista na subcláusula 4.6 inciso "III" dos contratos de concessão.

Apesar de louvável a iniciativa do vereador Hélio da Farmácia, o Projeto de Lei 678/2018 prevê que o auxílio seja estendido aos estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, atribuição que não é de competência do município e sim do Estado de Minas Gerais.

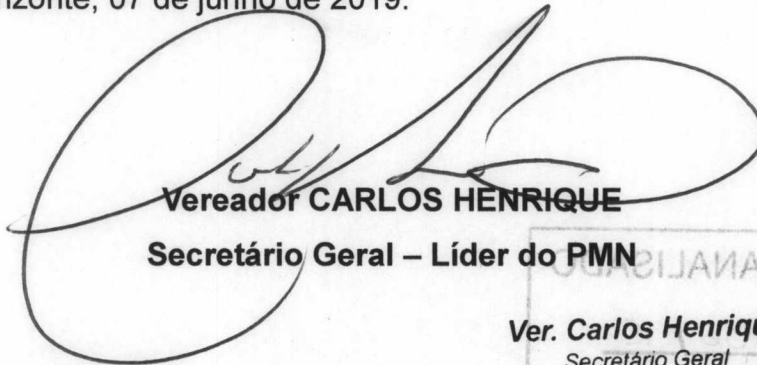
Neste sentido, no que tange exclusivamente a análise da Comissão de Administração Pública, com fulcro no artigo 52, inciso II, alínea "j" do Regimento Interno, vislumbro restrições e óbices quanto à disposição da matéria.

Desta forma, passo a registrar os termos da conclusão.

CONCLUSÃO

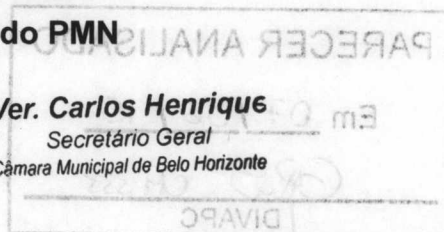
Diante do exposto, nos termos do artigo 85, inciso IV, do Regimento Interno, opino e concluo pela rejeição do Projeto de Lei nº 678/2018.

Belo Horizonte, 07 de junho de 2019.



Vereador CARLOS HENRIQUE
Secretário Geral – Líder do PMN

Ver. Carlos Henrique
Secretário Geral
Câmara Municipal de Belo Horizonte





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 711/2019

PROPOSTA DE DILIGÊNCIA – 1º TURNO

RELATÓRIO:

Vem a esta comissão o projeto de lei em epígrafe, de autoria múltipla, que propõe alteração na lei nº 9.691 de 19 de janeiro de 2009 e dá outras providências.

Designado relator para análise da matéria, apresento nos termos do art. 86, II do Regimento Interno desta Casa, proposta de diligência, conforme segue fundamentada.

FUNDAMENTAÇÃO:

Na análise preliminar do projeto de lei em questão, a Comissão de Legislação e Justiça propôs diligência, conforme consta às fls. 16, sem que tenha sido a mesma respondida.

Considerada a importância dos questionamentos feitos, passo a ratificar os mesmos termos da proposta, aos quais acrescento outras questões.

Conforme justificativa apresentada pelos autores, a proposição tem por objetivo alterar a competência para que a denominação de próprios públicos seja feita exclusivamente pelo Poder Executivo, trazendo alterações ainda quanto às regras para alterações de nome oficial.

Sabemos que, atualmente nos deparamos com hipóteses em que a escolha legislativa, sob a ótica do caso concreto, não apresenta a eficiência necessária para o êxito da atuação administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diante da proposta de alteração apresentada, necessário garantir eficiência ao agir administrativo, garantindo a aplicabilidade da lei e o atendimento das necessidades dos cidadãos.

Assim, encaminhamos ao Poder Executivo as seguintes questões:

1 – Na hipótese de aprovação do projeto de lei 711/2019, quais os instrumentos o Executivo teria para acolher as sugestões populares, uma vez que grande parte dos casos de nomeação de próprio público parte dos cidadãos?

2 – Qual o órgão ou canal seria disponibilizado para efetivar a medida?

3 – Quais os desdobramentos administrativos decorrentes da denominação de próprios públicos com a aplicação da legislação vigente?

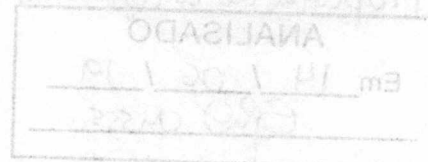
4 – Na hipótese de aprovação do projeto, qual a avaliação do Executivo diante da flexibilidade de modificações inserida no projeto de lei objeto desta diligência.

CONCLUSÃO:

Pelas considerações aqui trazidas, proponho seja enviado ao Executivo, o presente pedido de informações por escrito, conforme discriminado na fundamentação.

Vereador Léo Burguês de Castro

Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

GABINETE DO VEREADOR CARLOS HENRIQUE

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 728/2019 Comissão de Administração Pública

Proponho que o Projeto de Lei nº 728/19, de autoria dos vereadores Fernando Borja e outros, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1 – Qual o posicionamento do Executivo Municipal em relação ao Projeto de Lei apresentado?

2 - Já existe alguma ação, dentro do Executivo Municipal, que contempla o que é proposto no PL 729/19? **ERRO MATERIAL. LEIA-SE: PL 728/2019**

3 – Caso a resposta da questão anterior for afirmativa encaminhar o detalhamento da ação.

Belo Horizonte, 17 de junho de 2019.


Vereador CARLOS HENRIQUE

Secretário Geral – Líder do PMN

Ver. Carlos Henrique
Secretário Geral
Câmara Municipal de Belo Horizonte

